

A produção desequilibrada do meio ambiente urbano de Fortaleza e o papel do movimento ambientalista.

Autor: Clarissa F.Sampaio Freitas¹

Resumo:

O distanciamento epistemológico entre o discurso ambientalista predominante no Brasil e o estudo das forças sociais que moldam o espaço intra-urbano de nossas metrópoles ainda persiste. Este distanciamento tem gerado um falso conflito entre sociedade e meio ambiente que tem impedido a implantação de um modelo de urbanização mais equilibrado. A pouca atenção dada ao processo de produção social do meio ambiente urbano pela agenda ambientalista faz com que grupos hegemônicos urbanos, com apoio da mídia local, se apropriem do discurso preservacionista de modo a produzir a cidade de acordo com seus interesses.

Para demonstrar esse argumento, o artigo expõe o processo de transformação do espaço natural de Fortaleza baseando-se na teoria marxista de desenvolvimento desequilibrado (Smith, 1984). O caso de Fortaleza demonstra que o discurso da preservação ambiental tem facilitado uma lógica de desenvolvimento urbano capaz de alimentar um ciclo vicioso de geração de desigualdades sócio-ambientais no espaço intra-urbano. Se, por um lado, as necessidades sócio-ambientais dos grupos desfavorecidos são representadas como conflituosas com a almejada preservação ambiental, por outro lado, as necessidades ambientais dos bairros nobres são tidas como a única salvação da economia turística local. Gera-se assim um falso consenso em torno de um modelo equivocado de “desenvolvimento sustentável” que claramente favorece um processo de urbanização sócio-ambientalmente desequilibrado.

¹ Autor: Clarissa Sampaio Freitas é Arquiteta pela Universidade Federal do Ceará e mestre em Planejamento Urbano pela Universidade de Illinois em Urbana-Champaign. Leciona Urbanismo no UNICEUB em Brasília, e atua como urbanista na Secretaria de Habitação do Ministério das Cidades. Contato: clarissa.freitas@idades.gov.br ou clarissafs@yahoo.com

Introdução

Este artigo investiga a complexa relação entre cidade e meio ambiente focando, em particular, no processo de produção social da natureza através da diferenciação dos espaços intra-urbanos. A cidade de Fortaleza será utilizada como estudo de caso por se tratar de uma das metrópoles de mais intensos contrastes sociais e ambientais do Brasil. Não é novidade o fato de que as dificuldades de sobrevivência no semi-árido nordestino possuem reflexos na capital gerando situações de extrema pobreza. Por outro lado, ilhas de extrema riqueza são também encontradas em algumas partes da cidade. Como estes contrastes têm se perpetuado e qual o papel da ideologia de preservação ambiental neste processo são as grandes questões que o artigo pretende responder.

Os dois primeiros capítulos expõem como a literatura sobre ecologia urbana tem encarado os conflitos sócio-ambientais no espaço intra-urbano. Esta literatura discute as complexas relações entre o ser humano e a natureza, e sugere que as pessoas são, ao mesmo tempo, sujeito e objeto dos processos de transformações naturais. Os três capítulos seguintes descrevem como a cidade de Fortaleza tem lidado com seus ecossistemas frágeis, produzindo sua própria ecologia de acordo com uma lógica socialmente perversa que favorece algumas partes em detrimento das outras. As dunas e os rios urbanos serão focos da discussão, não porque eles constituem as únicas questões ambientais relevantes, mas principalmente porque eles são exemplos representativos de como a natureza urbana é, de fato, *produzida*. O último capítulo explora mais profundamente o papel do movimento ambientalista local, e sugere que uma análise mais cautelosa dos contrastes sociais existentes pode dar à agenda ambiental um papel importante no processo de produção de um meio-ambiente urbano mais equilibrado.

A cidade e a natureza

Grosso modo, a natureza pode ser entendida como o *espaço da sociedade*. Essa definição é particularmente apropriada na escala urbana, onde grau de interferência antrópica no meio ambiente é inquestionável. Separar processos sociais dos processos naturais produz uma ambigüidade equivocada. Para solucionar este dilema, estudos recentes de ecologia urbana tem reconhecido uma relação dialética entre natureza e os processos sociais que a constituem. Eles sugerem que o ser humano modifica a natureza enquanto simultaneamente a natureza influencia suas as formas de ocupação do território.

Esta visão dialética nos permite escapar de posições simplistas comuns no passado. Sabemos que, por um lado, a visão reducionista do triunfo do ser humano sobre a natureza foi responsável pelo

esgotamento de alguns recursos naturais valiosos como a poluição de corpos hídricos e altas taxas de extinção de espécies. Estes e outros desastres ambientais nos lembram a todo instante que a natureza não é um espaço vazio para ser preenchido ao bel-prazer dos seres humanos. Por outro lado, são também notórios exemplos de uma crença de que o comportamento humano seria regido por leis naturais pré-estabelecidas. Nesta linha de pensamento, mais conhecidos são os estudos classificados como “determinismo ecológico” que apesar de terem suas raízes no início do século, possuem uma persistente influência no pensamento ecológico tradicional¹. Estas duas posições simplistas fazem com que grande parte do pensamento ecológico ainda considere a cidade como pertencente ao reino das relações humanas estando, portanto, fora do seu escopo de estudo: o meio ambiente (Harvey, 1996). Equivocadamente este ponto de vista tende a despolitizar o processo de ocupação antrópica do meio ambiente. Neste sentido, a afirmação de Mathew Gandy (2001) é esclarecedora:

“O pensamento ecológico é criticamente deficiente no que diz respeito à produção social da natureza. No fundo, o ponto de vista ecológico não questiona o papel do capital na produção do espaço urbano e é nitidamente silencioso para as relações sociais de poder. Apesar de se apresentar como “novidade”, a fusão entre natureza e sociedade não representa uma quebra radical com o passado, mas simplesmente re-organiza uma antiga tradição iluminista de fusão entre a Natureza e a Razão. [...] Se nós queremos incorporar a natureza como agente independente em nossa análise, precisamos ser sensíveis para a maneira como processos biofísicos são *mediados* pela cultura humana [...]”(Gandy, 2001:10-11)²

O Ponto de Vista de Gandy é parte da crescente literatura em ecologia política que pretende preencher a lacuna do pensamento ecológico tradicional introduzindo as relações de poder na compreensão dos processos naturais. Estes autores (Gandy, 2001; Davis, 1998 and Cronon, 1997 por exemplo) possuem como tema central as desigualdades socioeconômicas criadas por processos de apropriação desigual do meio ambiente. Eles exploram a relação entre conflitos ambientais e conflitos de terra, e apontam para a necessidade de uma melhor compreensão das complexas relações entre natureza e o espaço humano.

Produção da natureza e a tendência ao desequilíbrio

Apesar de Gandy fazer alusão ao conceito de produção da natureza, do meio ambiente, e do espaço como sinônimos, ele não explora teoricamente o conceito limitando-se a dar exemplos empíricos. São Smith (1984) e Harvey (1996) os responsáveis pela teoria de produção da natureza. Estes fazem uso da noção marxista de produção – o processo de conferir valor ao meio ambiente por meio do trabalho humano. Para Smith, a espécie humana não *domina* a natureza, e sim a *produz* por meio de um processo dialético e cumulativo (Pequeno, 2001). Por dialético, ele reconhece que o meio-ambiente também molda os padrões de assentamentos e comportamentos humanos. Cumulativo,

refere-se ao fato de que a natureza, como nós a conhecemos hoje, é produto de gerações de interferências humanas.

É importante ressaltar que o conceito de produção da natureza representa um passo à frente do reconhecimento da necessidade de incluir o social na agenda ambiental. Ele representa uma teoria explicativa de como o ser humano transforma o meio ambiente, ou seja, quais as forças sociais que conduzem o processo de transformação da natureza. Definindo natureza como o espaço da sociedade, Smith (1984) e Harvey (1996) afirmam que a produção do espaço urbano e a produção da natureza são indissociáveis.

Produção da natureza tem sido definida como um processo de continua transformação do *espaço absoluto* em *espaço relativo* (Smith, 1984:87). Aqueles espaços naturais relativamente livres da influência humana que constituíam o objeto de investigação dos estudos ecológicos iniciais se enquadrariam na categoria de espaço absoluto. Certamente esta natureza intocada é cada vez mais difícil de ser encontrada, e este fato expõe as limitações de um pensamento que desconsidera o potencial humano de transformar – e produzir – o meio ambiente. De acordo com o conceito de produção da natureza, o padrão de ocupação do meio ambiente não é regido por leis naturais, como os estudos de ecologia humana sugeriram³. Muito pelo contrário, o meio-ambiente urbano é produzido socialmente. Ele é materializado pela construção de uma serie de infra-estruturas relativamente fixas que são capazes de superar as barreiras e limitações naturais á ocupação da natureza. Deste processo resultaria o espaço relativo, onde as características naturais seriam menos importantes em determinar o valor do espaço do que suas vantagens locacionais com relação aos outros espaços.

Deste modo, o espaço relativo poderia ser definido como o resultado do processo social de diferenciação do território dentro de uma escala pré-definida. Na escala intra-urbana, Villaça (1998) identifica padrões de diferenciação do território comuns á cinco grandes cidades brasileiras. O autor argumenta que as elites tendem a organizarem-se no mesmo setor da cidade onde toda a infra-estrutura urbana está concentrada, maximizando seu usufruto dos escassos recursos públicos municipais. Em seguida ele observa que quanto mais este setor urbano esta consolidado, mais diferenciado ele está do resto da cidade, e menos provável é de que outro setor obtenha o mesmo padrão de desenvolvimento. Esta tendência á crescente ampliação das diferenças intra-urbanas representa a base fundamental da teoria marxista do desenvolvimento desequilibrado. De acordo com os geógrafos marxistas, o processo de urbanização capitalista possui uma forte tendência ao desequilíbrio, o que contribui significativamente para a ampliação dos contrastes sociais urbanos.

Utilizando-se desta noção de produção do meio ambiente urbano com sua tendência ao desenvolvimento desequilibrado, o artigo irá investigar como um oásis costeiro formado pelo encontro de um conjunto de rios com o mar, interrompidos por uma cadeia de dunas, localizado em um dos maiores semi-áridos do mundo (Striker, 1989) tem se tornado o cenário de desastres sócio-ambientais de proporções alarmantes. O caso de Fortaleza demonstra que a apropriação desigual dos recursos naturais - como água ou parques urbanos - e a conseqüente exposição desigual aos riscos ambientais - como deslizamentos e enchentes - são meras conseqüências da apropriação desigual do próprio espaço urbano. Ou seja, a raiz do problema das desigualdades ambientais é o complexo e estrutural problema do processo de urbanização desequilibrado, que possui suas faces mais perversas em cidades periféricas e com fortes contrastes sociais como é o caso de Fortaleza.

A produção do meio ambiente de Fortaleza

No século XVII no nordeste brasileiro, relações de proximidade com rotas naturais de transporte de mercadorias condicionavam a prosperidade de uma cidade, e determinado a sua localização. Aquele pedaço de natureza relativamente intocada era particularmente apropriado para a cidade de Fortaleza devido às numerosas fontes de água, abundância de terra plana e a existência de um porto natural que seria utilizado para embarcar as mercadorias trazidas do interior. Assim, o primeiro assentamento humano instalou-se próximo às fontes de água potável. Daí por diante, o processo de produção social do meio ambiente urbano de Fortaleza ocorreu num ritmo cada vez mais intenso.

A inauguração do Porto do Mucuripe em 1950, a instalação da linha férrea, e a consolidação gradual da rede convergindo para a cidade é causa e conseqüência da sua supremacia econômica com relação ao resto do estado. É fácil de entender o intenso fluxo migratório campo-cidade como resultado deste processo de diferenciação de Fortaleza com relação ao espaço regional desprovido de infra-estrutura. Nos anos 90 - após a cidade ter superado a marca dos dois milhões de habitantes - algumas políticas públicas tem tentado minimizar o problema do desequilíbrio regional incentivando a transferência de indústrias para fora da cidade e investindo em infra-estrutura em regiões mais remotas. Infelizmente esta política de desenvolvimento regional não teve impactos significativos além das fronteiras da Região Metropolitana, tendo sido apontada como alimentadora da macrocefalia da rede urbana cearense.

Este é um claro exemplo do processo de produção desequilibrada do meio ambiente: a construção de vantagens locais, através da instalação desta infra-estrutura diferenciada e relativamente fixa criou uma maior acessibilidade que condicionou a atual prosperidade urbana, da mesma forma que as vantagens naturais o fizeram no século XVIII. A RM tem atraído cada vez mais

investimentos aumentando o “gap” de desenvolvimento com relação ao resto do Estado. Este processo de produção desigual do espaço regional possui claras conexões com o nosso principal objeto de análise: a escala intra-urbana de Fortaleza.

No contexto intra-urbano, os principais setores produtivos (particularmente as indústrias) instalaram-se próximos do Porto do Mucuripe (na zona leste) e da Estação Ferroviária, a oeste do centro. Os espaços de reprodução social, os bairros da cidade formal, ocuparam áreas próximas ao Riacho Pajeú⁴, onde o centro está localizado. Estes bairros mais abastados expandiram-se na direção leste ocupando o vazio entre o centro e o porto. A escolha desta direção se deu devido à barreira da estrada de ferro a oeste, e à abundância de terras planas. Os bairros ricos possuíam relativa distância das indústrias, mas mantiveram fácil acesso a elas. Ao contrário do que se pode pensar, esta distância entre a cidade formal e as indústrias não se deve ao zoneamento modernista rígido que busca segregar funções urbanas. Ela se deve ao fato de que a terra próxima aos setores industriais é formada por um cordão de dunas de areia, que exigiam muitos recursos para serem urbanizadas. A infra-estrutura para os setores produtivos foi instalada, mas não havia interesse imediato de prover essas áreas com infra-estrutura para usos residenciais devido ao alto custo. O cordão de dunas costeiras também limitou a corrida por ocupação da orla marítima comum a todas as cidades litorâneas brasileiras: a cidade formal apropriou-se de uma porção relativamente pequena, localizada entre o cordão de dunas leste e oeste (ver figuras 01 e 02).

A expressão “cidade formal” refere-se aos bairros que resultaram da iniciativa do estado em transformar a natureza para ser ocupada por usos urbanos. Para a cidade informal sobram aquelas terras de difícil ocupação, que possuíam nenhum valor imediato para o mercado imobiliário formal. Até o início dos anos 80, estes assentamentos informais eram praticamente invisíveis aos olhos do estado. Seus habitantes transportavam água em baldes, lavavam roupas nos rios, não possuíam quaisquer instalações sanitárias. Eles frequentemente tinham que abandonar suas casas por conta do movimento de areias. Ruas asfaltadas e serviços urbanos eram completamente ausentes. Não é difícil encontrar residentes antigos capazes de descrever como era a vida nestes assentamentos naquela época. Muitos viviam da pesca, possuindo um modo de vida que em nada lembrava o cotidiano urbano⁵. Mas não está correto descrever estes lugares como “espaço absoluto” de acordo com a definição de Smith (1984), por que este espaço possuía um valor de uso gigantesco para seus habitantes: proximidade com as oportunidades de trabalho, tanto nas indústrias como prestando serviços informais nos bairros ricos do entorno. A população destes lugares tem aumentado num ritmo acelerado não por tratar-se de uma terra particularmente fértil, nem porque eles possuem uma bonita vista pro mar, mas por causa de sua proximidade com as oportunidades que a cidade tem

para oferecer. O que eram espaços residuais há meio século, se transformaram em espaços extremamente bem localizados no contexto intra-urbano atual.

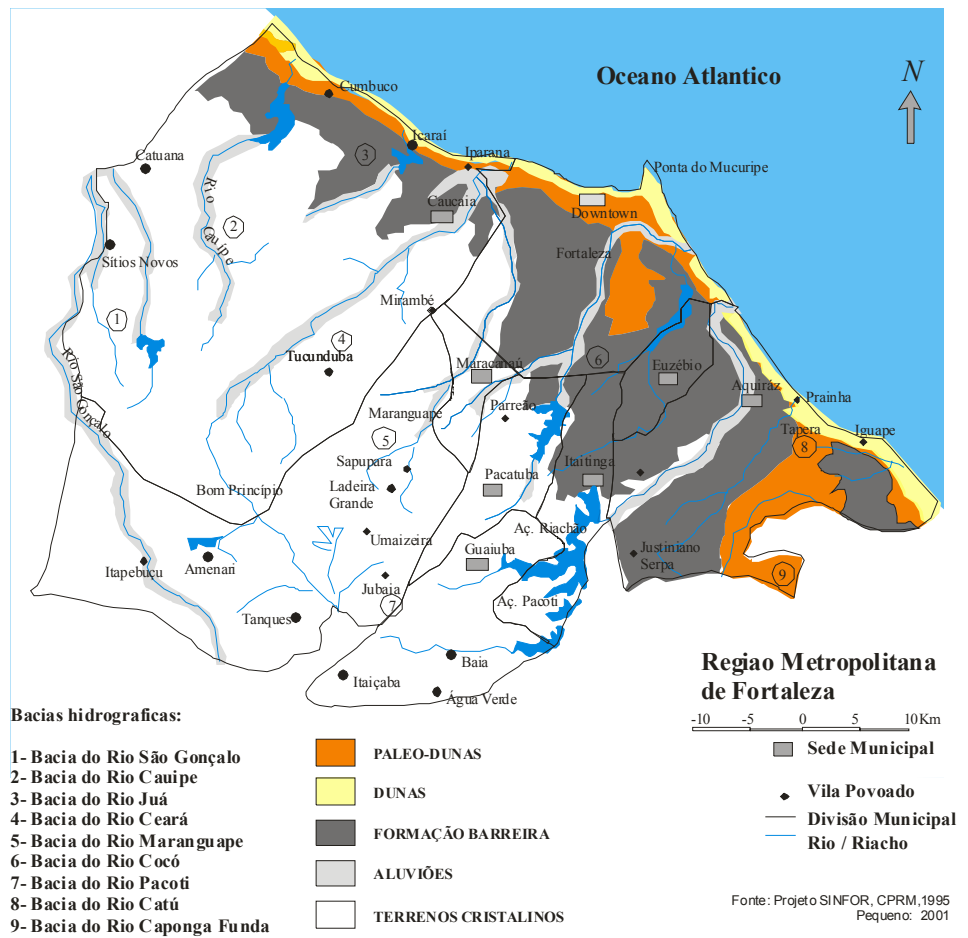


Figura 01 – Rios e Dunas na Região Metropolitana de Fortaleza (CPRM, 1995 in Pequeno, 2001)

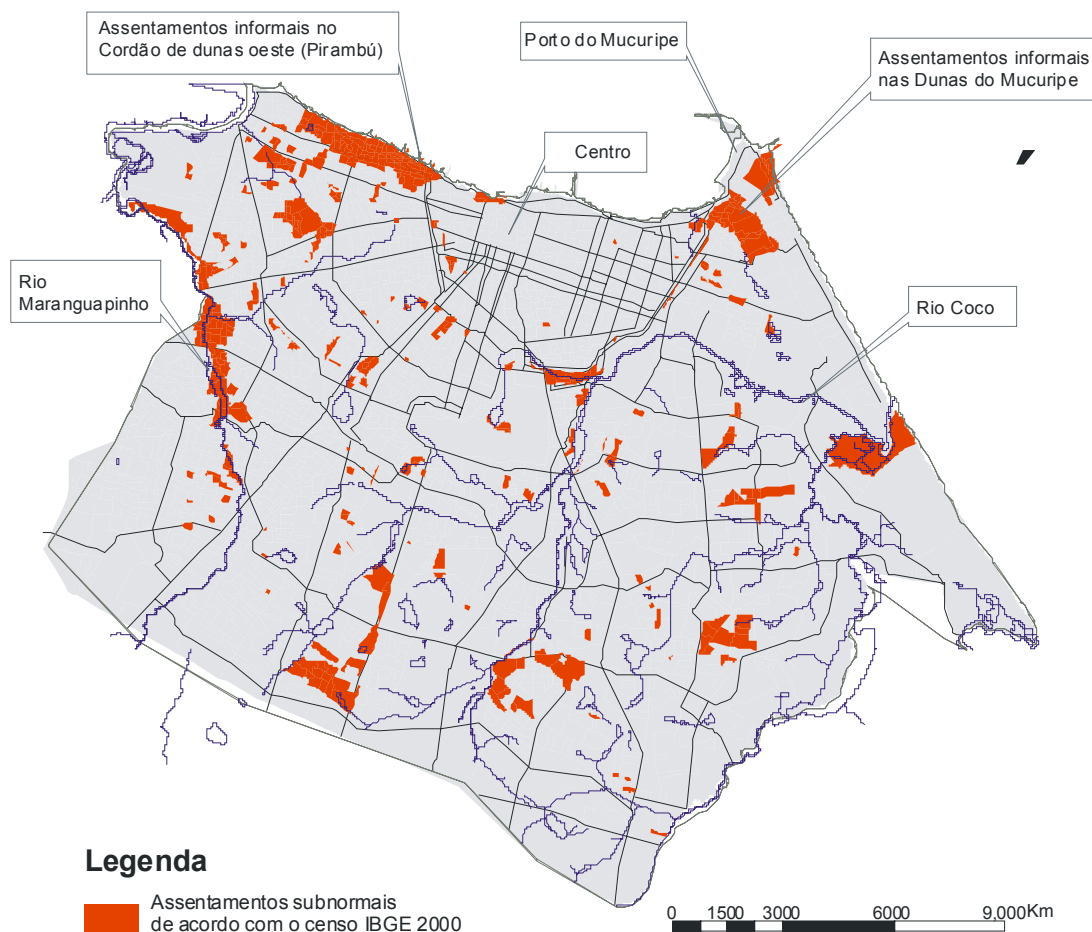


Figura 02- Espaço Intra-Urbano de Fortaleza. (Censo IBGE 2000 e Plano de Estruturação Urbana - LEGFOR- Fortaleza 2003)

A lógica da urbanização desigual explica a incidência dos assentamentos informais em áreas ambientalmente frágeis de difícil ocupação sejam elas dunas ou baixios próximos aos rios urbanos (ver Figura 02). Na luta por uma boa localização dentro do contexto intra-urbano, os grupos populacionais desfavorecidos ocuparam muitas áreas de significativo valor ambiental antes destes espaços serem cobiçados pelo mercado imobiliário formal, ou seja, antes deles serem providos de infra-estrutura básica. Trata-se de um exemplo representativo do processo de urbanização desequilibrado numa cidade de terceiro mundo. Mas o atual estágio de desenvolvimento desequilibrado de Fortaleza não está devidamente apresentado sem mencionar o papel da infra-estrutura de transportes em criar espaços privilegiados dentro do contexto intra-urbano.

A construção da acessibilidade⁶ e seu contraste com as áreas de risco

Certamente a cidade não atingiu seu atual padrão de diferenciação intra-urbana por acaso; muito menos a existência de terras planas e fáceis de ocupar a leste do centro é capaz de explicar a concentração de famílias com alto poder aquisitivo lá. Um complexo processo de produção social

do meio-ambiente está por traz disto. E neste processo, a provisão de infra-estrutura de transportes tem sido um elemento chave para a valorização e diferenciação destes espaços privilegiados. Smith (1996) menciona este processo nas citações a seguir:

“Na escala intra-urbana [...] é a equalização e diferenciação do valor do aluguel entre os diversos lugares que determina o desequilíbrio da urbanização” (Smith, 1996:80-81)

“Urbanização em tiras [...] é exatamente o caso quando novas rotas de transporte alteram o padrão de acessibilidade, e portanto a estrutura de valor do aluguel resultando em empreendimentos urbanos que possuem relações estreitas com a nova rota. Se não fosse a nova avenida, estrada de ferro ou canal, estes empreendimentos não teriam acontecidos”. (Smith, 1996:81)⁷

A primeira citação menciona o conceito de valor do aluguel da terra, ou seja, o valor que as pessoas pagam devido a sua proximidade com atividades que aumentam a utilidade do espaço. Algumas partes da cidade são mais caras do que as outras não apenas porque elas possuem mais infra-estrutura básica, mas devido a sua acessibilidade às oportunidades de empregos, áreas comerciais, escolas etc. Esta distinção é relevante por que cada parcela da cidade é única. Enquanto infra-estrutura básica pode sempre ser providenciada, uma boa localização dentro do contexto intra-urbano nem sempre é possível de ser construída (Villaça, 1998).

Uma diferença fundamental entre as cidades de primeiro mundo e as de terceiro mundo é que estas apresentam condições extremas de congestionamentos, inacessibilidade, e serviços de transporte público ineficientes. Cidades do mundo subdesenvolvido ainda não atingiram um estado razoável de acessibilidade a todas as suas partes. Como resultado desta realidade, gasta-se muito tempo e dinheiro com deslocamentos diários casa-trabalho, o que constitui uma das maiores perversidades das regiões metropolitanas brasileiras. Apesar desta carência afetar pobres e ricos, os menos afortunados certamente carregam um fardo maior, dado que freqüentemente chegam a gastar mais de 4 horas por dia com transporte (Gomide, 2003). Por outro lado, para a classe média urbana, a escolha por morar em bairros suburbanos em busca do contato com a natureza - como fazem os americanos - simplesmente não existe, pois a terra periférica, no mais das vezes, não está conectada adequadamente com o resto da cidade.

Nesta realidade de escassos serviços de transporte, pode-se imaginar o valor adicional que a abertura de uma avenida traz ao preço dos lotes lindeiros: quanto mais rico o bairro, melhor sua conexão com o resto da cidade (ver Figura 03). Aquilo que Smith denominou de “urbanização em tiras” é o principal mecanismo de produção do espaço nas cidades brasileiras. Portanto, a importância do processo de adicionar valor aos espaços intra-urbanos através da melhora dos padrões de acessibilidade não pode ser minimizada.

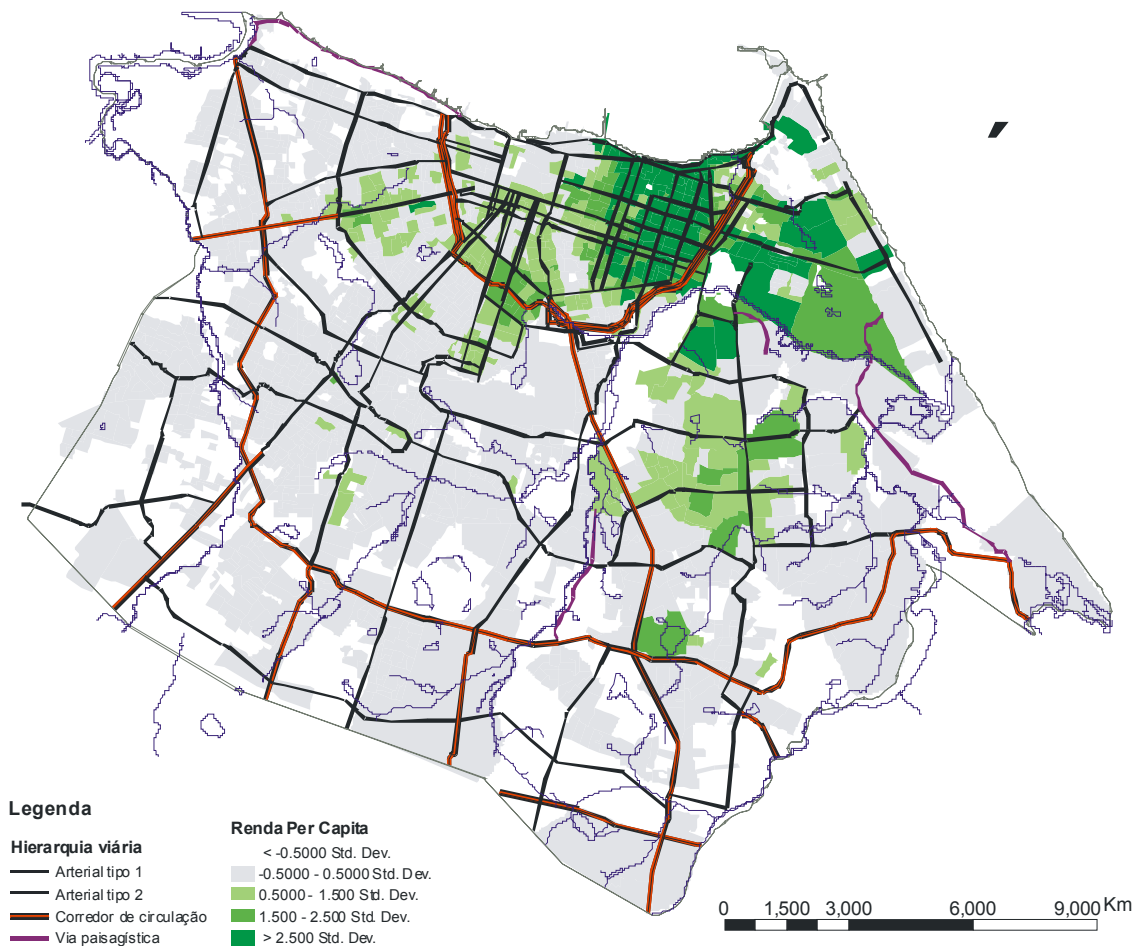


Figura 03 –Renda per-capita e acessibilidade. (Censo IBGE 2000 e Plano de Estruturação Urbana - LEGFOR- Fortaleza 2003)

No capítulo anterior, percebemos que as dunas costeiras representaram, inicialmente, um obstáculo ao processo de produção do meio ambiente de Fortaleza, pelo menos no que se refere à cidade formal, que acabou envolvendo estes espaços de difícil ocupação. A urbanização dos assentamentos informais tem se dado lentamente, num processo de barganha política das associações comunitárias com o poder político local. Um processo de ocupação similar acontece nas baixadas dos rios urbanos. A figura 04 descreve adequadamente o padrão típico de parcelamento e ocupação das margens de rios. As ruas são locadas nas áreas mais altas, enquanto os baixios e os cursos d'água se transformam numa terra sem dono, que abriga lixo, atividades ilícitas como tráfico de drogas, e muitas vezes, famílias desabrigadas. Como essas áreas são doadas para o governo sob a forma de “área verde”, e o governo local não possui vontade política ou recursos suficiente para urbanizar e fiscalizar estes espaços, eles são alvo de invasão por aquelas famílias que não possuem acesso financeiro ao mercado formal de terras.

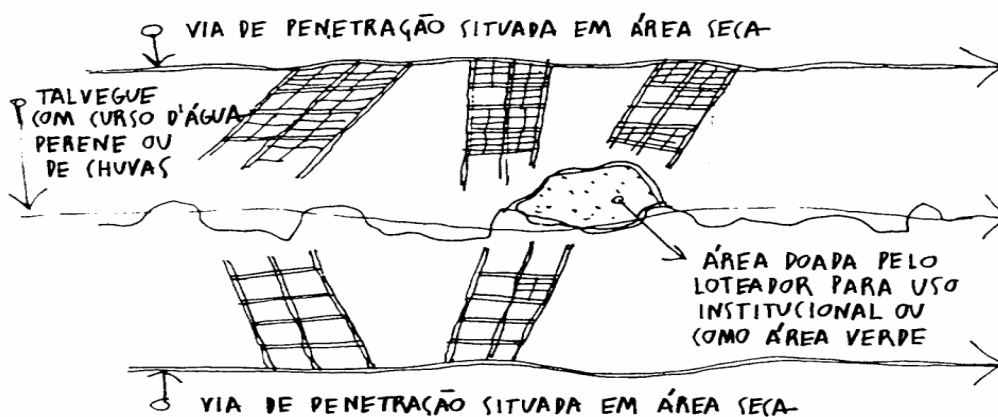


Figure 04 – a typical pattern of uncontrolled production of space (Campos Filho, 1999).

Dentro desta lógica de produção do meio ambiente urbano, não é difícil de imaginar quais grupos populacionais são mais atingidos pelas enchentes periódicas dos rios. Ao contrário daquilo que é sugerido pela imprensa, os moradores das áreas de risco estão cientes do risco que correm ao instalarem-se ali. Certamente o que os mantém nestes lugares é a falta de alternativas. No caso de Fortaleza, a vulnerabilidade às enchentes é ainda mais agravada pela ocorrência natural de secas periódicas acompanhada de uma alta concentração de chuvas durante um período curto do ano (ver gráfico na figura 05). A ocupação das margens de rios urbanos, junto com o alto índice de impermeabilização de suas bacias hidrográficas, agrava sua tendência natural a enchentes.

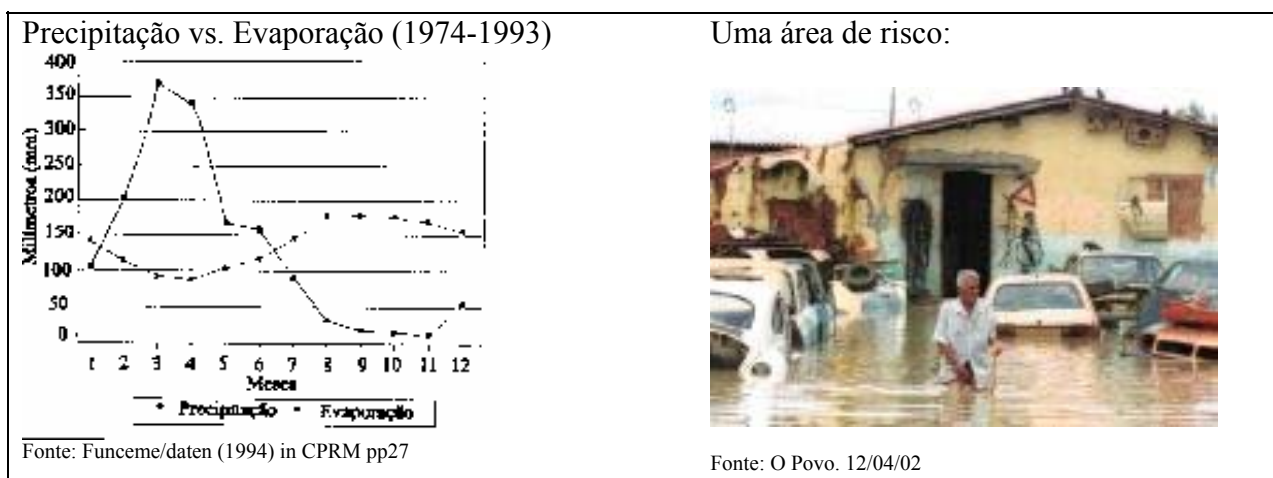


Figura 05 – Enchentes em Fortaleza (CPRM 1995; O Povo, 2002)

A cada estação chuvosa as manchetes dos jornais locais promovem, implícita ou explicitamente, a idéia de catástrofe natural. A seguir alguns exemplos do ano de 2002:

- “Fúria do (rio) Cocó toma Lagamar” O Povo 12/04/2002
- “(Rios) Gavião e Timbó causaram enchentes” O Povo 12/04/2002

Apesar desta tendência de culpar processos naturais por tragédias que são produzidas socialmente já estar arraigada na cultura nordestina, seu apelo tem diminuído frente às claras evidências que algo pode ser feito. Mesmo assim, para o imaginário popular, cada nova estação chuvosa parece trazer mais água do que no inverno⁸ anterior, atingindo cada vez mais famílias. Estado de calamidade

pública é invariavelmente decretado, a prefeitura recebe recursos federais, a defesa civil entra em ação, etc. Os pedintes das ruas alegam ser moradores de áreas de risco para aumentar o apelo para os doadores em potencial.

No entanto deve ficar claro que inundação é apenas um tipo de riscos sócio-ambientais que a população carente está sujeita. Outros tipos de riscos ambientais presentes em Fortaleza incluem risco à saúde como doença de chagas e dengue, deslizamentos de encostas etc. Eles comumente se superpõem com riscos sociais como vulnerabilidade à drogas, violência. A expressão tem se popularizado a tal ponto que até mesmo uma comunidade que ocupou um prédio abandonado cuja estrutura está ameaçada de desabar tem sido classificada como área de risco.

De fato, o clássico termo “favela” tem sido substituído equivocadamente por “área-de-risco” pela imprensa local. Antes da popularização do termo risco, seu significado estava limitado à enchentes e deslizamentos e outros tipos de distúrbios naturais causados pela interferência humana. Apenas a literatura científica fazia uso do termo. O que poderia vir a ser um avanço, a análise conjunta de processos sociais e ambientais, tem sido na verdade utilizada politicamente para escolher assentamentos que serão urbanizados, dado que áreas de risco têm preferência sob favelas sem risco. Assim, as favelas que sofrerão intervenção são escolhidas de acordo com o interesse dos poderosos, subjugando a avaliação técnica que identifica as áreas que estão realmente em riscos sócio-ambiental mais urgentes.

A urbanização de assentamentos precários constitui um importante método de produção do meio ambiente urbano em Fortaleza porque a cidade não dispõe de espaços públicos desocupados. A abertura de qualquer nova avenida ou instalação de grandes equipamentos urbanos envolve a transferência parcial e a consolidação do restante da comunidade atingida. Assim, o poder local tende a usar recursos federais destinados a habitação de interesses social para atender interesses imobiliários, deslocando as favelas melhores localizadas ao invés de servir aos interesses do público alvo prioritário, ou seja, as famílias mais carentes normalmente localizadas na periferia.

Apesar de problemas de enchentes se fazerem presente em toda cidade subdesenvolvida, o caso de Fortaleza parece incomum devido à maneira em que o problema é absorvido pelo imaginário popular. Parece que a atmosfera de calamidade presente no sertão semi-árido em épocas de seca tem influenciado a maneira do poder público de lidar com o problema das enchentes urbanas. As instituições governamentais não têm adotado uma postura preventiva ao problema, esperando por fundos emergenciais federais para atuar, ignorando assim a lógica de produção do meio ambiente

urbano: o processo de urbanização descontrolada que alimenta o desenvolvimento urbano desequilibrado. Alguém poderia argumentar que existe um problema estrutural da pobreza nordestina insolúvel se considerarmos apenas os limitados instrumentos controle da produção do espaço urbano. No entanto, não podemos ignorar o fato de que existe considerável espaço para melhorias sociais se o meio ambiente urbano fosse manejado de maneira mais equilibrada.

A demanda recente por “ecossistemas preservados”

Até agora dunas e rios urbanos foram descritos como espaços residuais devido à sua inacessibilidade e sujeira. No entanto, existem os casos em que tais ecossistemas encontram-se em bom estado de conservação. Trata-se de áreas cujas vantagens locacionais – o diferencial urbano que a preservação destes espaços pode trazer em forma de aumento do preço da terra lindeira – excede o custo de produzi-las. No entanto, é importante perceber que a conservação destes espaços, tidos como ecossistemas valiosos, requer a expulsão de famílias carentes que os ocupavam, ou no mínimo a vigilância permanente para prevenir ocupações. Isto é válido particularmente nas terras de alto valor, pois elas oferecem aos pobres oportunidades de trabalho na economia informal urbana como vendedores de rua ou serviços domésticos. Assim o processo de “preservação ambiental” necessariamente beneficia os ricos que podem finalmente desfrutar de uma bela vista para um “ecossistema natural”.

Aqui cabe a pergunta: será que estes ecossistemas são realmente naturais? Não seriam estes espaços “preservados” socialmente produzidos? Tomemos o caso do Parque Ecológico do Rio Cocó. Ele é conhecido como um dos maiores manguezais urbanos preservados em toda a América Latina. Mas não é por acaso que os limites deste “santuário ecológico” coincidem com a terra mais cara do município de Fortaleza. Este é um caso curioso onde o bairro de classe média alta está localizado a jusante de bairros populares com várias invasões e até mesmo um lixão desativado. Os limites do Parque não incluem estes “maus vizinhos”, acabando onde começa o processo de ocupação das margens do Rio. Seguranças privados e a polícia têm conseguido prevenir ocupações dentro da área do Parque. Este tratamento dado ao rio Cocó contrasta violentamente com o Rio Maranguapinho, que teve a má sorte de cruzar o lado pobre da cidade, e hoje não possui nenhum ponto desocupado. O padrão de ocupação da parte rica das margens Rio Cocó não é menos produzido do que aquele das margens do Rio Maranguapinho. Certamente muito mais recursos públicos foram gastos limpando, inspecionando e urbanizando o Parque do Cocó do que o que foi investido nas margens do Rio Maraguapinho.

Através da produção destes ecossistemas “preservados”, localizados em lugares que já possuíam a melhor infra-estrutura, incluindo acessibilidade, estes bairros privilegiados diferenciam-se ainda mais do restante da cidade. Enquanto serviços urbanos básicos ainda não chegaram à periferia distante, os moradores dos espaços diferenciados podem gozar de uma bela vista ou uma caminhada no parque.

Cada uma dessas possibilidades de desfrutar os recursos naturais é capitalizada na forma de preços por metro quadrado absurdamente caros e contrastante com o resto da cidade.

O processo de diferenciação destes bairros privilegiados só é possível graças à popularização do conceito de preservação ambiental como um importante objetivo para as políticas públicas. Comumente os setores governamentais se aliam aos interesses imobiliários para preservar (produzir) estes ecossistemas estrategicamente bem localizados no contexto intra-urbano: são as coalizões pró-desenvolvimento. No entanto, até mesmo em raros casos em que o poder político local tenta controlar construções excessivamente próximas das áreas ambientalmente frágeis, os grupos imobiliários acabam vencendo. O caso da construção de dois prédios residenciais localizados numa área adjacente ao Parque do Cocó é um exemplo desta situação. Apesar da legislação municipal não permitir a construção, o dono da terra, questionou a legislação municipal e ganhou o caso a nível federal.

Evidentemente este artigo não questiona a preservação ambiental como um importante objetivo das políticas públicas de desenvolvimento urbano. Mas seu ponto central é que as políticas públicas têm absorvido a retórica da preservação ambiental desconectada de suas implicações sociais, o que acaba alimentando o aumento das desigualdades sócio-ambientais intra-urbanas e gerando mais desequilíbrio. O Parque do Cocó tipifica um caso em que um ambiente urbano saudável e possibilidades de lazer estão sendo oferecidos para poucos que podem pagar, as custas de uma situação muito mais precária na periferia. Tudo isso sem uma contrapartida para os cofres públicos locais. Se, ao invés do Cocó, o rio Maranguapinho tivesse sido preservado na época em que começou a pressão para ocupação de suas margens, menos pessoas estariam morrendo ou perdendo suas casas nas enchentes de hoje em dia. Isto nunca foi cogitado porque o Rio Maranguapinho nunca foi visto como um ecossistema digno de ser preservado. Numa segunda hipótese, se o poder público tivesse canalizado seus esforços para disciplinar o parcelamento e ocupação nas áreas mais problemáticas das margens do Cocó, todo o ecossistema do rio estaria em melhor estado do que ele está hoje em dia, e algumas situações de risco e tragédia ambiental teriam sido evitadas. Trata-se de um caso clássico de falta de planejamento urbano. Mas essa conclusão seria no mínimo ingênuo e

apressada, se não levarmos em conta quais os grupos econômicos que lucram com esta retórica seletiva de preservação ambiental.

É interessante notar que as forças desenvolvimentistas evocam a retórica de preservação ambiental no caso do mangue do Cocó, mas o mesmo grupo de interesses tem proposto modificar e aterrar a orla marítima para dar lugar a espaços de lazer e de atividades turísticas. Estas propostas têm sido justificadas pela ambição de alguns grupos em transformar a cidade em um pólo de atração turística de proporções globais. O movimento ambientalista tem ocupado uma posição dúbia neste processo: às vezes se aliando às iniciativas desenvolvimentistas, às vezes se opondo ferozmente, mas muito raramente com o apoio dos movimentos populares de bairro. Os ambientalistas têm, freqüentemente, desconsiderado o impacto que iniciativas de proteção ambiental localizadas têm causado para a qualidade de vida da maioria dos moradores urbanos.

O movimento ambientalista local

Casos em que a OAB ameaça de processar o governo municipal por ter dado habite-se em áreas de ecossistemas frágeis, e denúncias de depósito de entulho no leito do Rio Cocó demonstram como a importância do movimento está crescendo a nível local. Por outro lado, grande parte das iniciativas desenvolvimentistas ainda não incorporou objetivos de preservação ambiental. Por exemplo, a expansão da fronteira de especulação imobiliária na zona costeira leste requer a construção de uma ponte sobre o Rio Cocó exatamente na sua foz, projeto este que sofre oposição ferrenha por parte dos ambientalistas. Grupos desenvolvimentistas prontamente os acusam de “eco-xiitas”, fazendo com que eles sejam vistos como levianos.

No entanto, na maioria dos casos, os ambientalistas têm se aliado a uma mágica solução desenvolvimentista que ao mesmo tempo preserva o meio ambiente e traz recursos para a cidade dinamizando o turismo local. Um ecossistema urbano tropical bem preservado tem todos os elementos para atrair uma clientela de visitantes internacional.

Uma pesquisa na Internet nos dois maiores jornais locais nos faz perceber como a questão da preservação ambiental é invocada apenas em bairros ricos, ou nas zonas de interesses da especulação imobiliária. A maior parte dos artigos trata da APA do Cocó. Manchetes como “o Cocó está morrendo” ou “Salve o Parque” demonstram a preocupação com este rico ecossistema. Por outro lado, fica difícil de encontrar qualquer menção nos jornais a movimentos pela preservação do Rio Maranguapinho. A Manchete “Área de risco de classe média” demonstra quão inusitado é que moradores mais abastados sofram de alagamentos. No que diz respeito às dunas urbanas, a pesquisa

encontrou uma denúncia de retirada de areia de uma duna a pedido de um morador cuja casa de veraneio estava sendo soterrada pelo movimento natural da areia. A questão esteve presente nos jornais durante uma semana. Alguém até montou uma página na Internet denunciando o prejuízo ambiental causado à duna, porque a SEMACE (órgão ambiental estadual) autorizou a retirada de areia alegando urgência. Uma semana depois da campanha para chamar a atenção pública para o caso de “escavação criminosa” da duna, o jornal publica uma pequena nota comunicando que o fenômeno das dunas itinerantes também afeta comunidades carentes. Vale ressaltar que as comunidades a que a nota se refere são exatamente as mesmas mencionadas na parte inicial deste artigo; aquelas que estão certamente entre as mais antigas da cidade, e abrigam atualmente milhares de casas sujeitas a riscos ambientais.

Este tipo de ambientalismo desconectado com a realidade social da maioria dos moradores está fadado ao fracasso. Na melhor das hipóteses, o movimento vai ser capaz de proteger os recursos naturais em situações que se encaixam na agenda desenvolvimentista, não se tratando, portanto, de uma posição pró-ativa. Esta mesma ideologia tem conseguido apresentar bons resultados em países desenvolvidos, onde as necessidades ambientais dos pobres urbanos enfrentam enormes pressões por crescimento econômico⁹. Certamente esse não é o caso da maior parte dos ecossistemas valiosos do mundo, que estão localizados em países pobres. As sociedades do mundo subdesenvolvido não dispõem de uma enorme classe média sensível às questões ambientais e disposta a gastar tempo e recursos para salvar ecossistemas em extinção, mesmo se eles possuem evidências de que isso será importante para seus filhos. Hoje em dia, a classe média do terceiro mundo está preocupada em encontrar uma posição no mercado de trabalho, e se o emprego requer destruição do meio ambiente é provável que as necessidades imediatas falem mais alto.

É necessário ficar claro que as pessoas possuem prioridades distintas no que se refere à agenda ambiental, e que estas distinções possuem relações diretas com a posição que elas ocupam na estrutura socioeconômica (Harvey, 1996) considerando aspectos de classe social, gênero ou até mesmo sua localização espacial dentro do contexto intra-urbano. Se extrapolarmos para a escala mundial, percebemos que a agenda ambiental global está dominada pelas causas percebidas como prioritárias pelas nações ricas. Não é por acaso que as Organizações Internacionais dão prioridades para problemas de aquecimento global, diminuição da camada de ozônio e a devastação das florestas tropicais. Mas se considerarmos as necessidades imediatas da maioria absoluta da população global que tende a se concentrar em periferias urbanas, estes problemas dificilmente estariam incluídos numa lista dos cinco primeiros (Campbell, 1989). Essa linha de raciocínio, não

diminui a importância das causas ambientais globais, mas sim apresenta a causa dos desfavorecidos urbanos como uma causa de proporções globais, cuja solução pode vir a ser a mais barata de todas.

É fundamental que encontremos uma estratégia política mais eficiente para lidar com os conflitos sócio-ambientais urbanos. Infelizmente, a retórica ambientalista dominante em Fortaleza é mais próxima da regra do que da exceção. É fácil perceber como os ambientalistas precisam de suporte político, e que os grupos sociais desfavorecidos - a maioria urbana que sofre como atual processo de desenvolvimento desequilibrado - possuem mais razões para apoiar uma visão de uma melhor coexistência com a natureza do que as forças desenvolvimentistas.

Conclusão

Ninguém questiona o fato de que forças políticas são capazes de produzir o meio ambiente urbano. Mas o que o artigo procurou demonstrar foi uma tendência a um processo de apropriação do espaço urbano que favorece os grupos já favorecidos alimentando desigualdades socioeconômicas existentes. Felizmente, o dinamismo das ideologias políticas sempre deixará a possibilidade de uma transformação positiva do meio-ambiente urbano. Em Fortaleza, uma ideologia preservacionista relativamente recente tem ajudado a perpetuar condições perversas de desequilíbrio. Mas estudos de caso semelhantes podem fornecer conclusões opostas. Pezzolli (2002), por exemplo, descreve um caso nas montanhas da Cidade do México onde a causa ambientalista foi usada como uma espécie de pretexto – uma estratégia política – para atrair a atenção das classes médias para a causa dos sem-terra urbanos. Para finalizar, concluo este artigo endossando a máxima de David Harvey (1996): “Parafrazeando Marx, nós determinamos o nosso próprio futuro sócio-ambiental, mas sob circunstâncias que não foram nos dadas a escolher¹⁰”.

Bibliografia:

Campbell, Tim, 1989, Chapter 5, "**Environmental Dilemmas and the Urban Poor**" in ed. J. Jeffrey Leonard Environment and the Poor: Development Strategies for a Common Agenda, Overseas Development Council, pages 165 - 183.

Campos Filho, Candido Malta. **Cidades Brasileiras: Seu controle ou o Caos**. São Paulo, Brasil, ed. Studio Nobel, 1999.

CPRM – Comissão de proteção dos Recursos Minerais. **Diagnóstico Geo-ambiental dos principais problemas de urbanização do meio-ambiente da região metropolitana de Fortaleza**, Projeto SINFOR. Fortaleza, 1995.

Davis Mike. **Ecology of fear: Los Angeles and the imagination of disaster**. Los Angeles, 1998.

Gandy, Mathew. **Concrete and Clay: Reworking Nature in New York City**. Cambridge, MIT press, 2002.

Gomide, Alexandre de Ávila. 2003. **Transporte urbano e inclusão social: elementos para políticas públicas**. Texto para discussão #960, IPEA, Brasília Julho de 2003. www.ipea.gov.br

Gottdierner, Mark., **Social Production of Urban Space**. Austin, University of Texas Press, 1994

Harvey, David. **Justice Nature and the Geography of Difference**. Massachusetts, Blackwell Publishers Inc. 1996.

IBGE **Base de informações por setor censitário, Fortaleza, CE. Censo demográfico 2000 – Resultados do Universo**. Rio de Janeiro, 2002

Knox, Paul L. **Urbanization: an introduction to Urban Geography**. New Jersey, Prentice-Hall, inc. 1994

Lefebvre, Henri. "Space: Social Product and Use Value," in *Critical Sociology: European International Perspectives*, J. W. Freiberg, ed. New York: Irvington, 1979, pp. 285-295

Merrifield, A. **Metromarxism: A Marxist Tale of the City**. NY, Routledge. 2002.

Pequeno, Renato. **Desenvolvimento e Degradação no espaço intra-urbano de Fortaleza**. USP – Universidade de São Paulo – Tese de doutorado não publicada. 2001

Pezzolli, Keith. "Sustainability, Livelihood and Community mobilization in the Ajusco Ecological Reserve". in Peter Evans, *Livable Cities?* . University of California Press. 2002. Pp: 195-222

Smith, Neil. **Uneven Development: Nature, Capital and the Production of Space**. Basil Blackwell Inc. New York, USA. 1984

Smith Neil. **The new urban frontier: gentrification and the revanchist city**. London ; New York: Routledge. 1996.

Striker, J. Dirck. Technology, "Human Pressure and Ecology in the Arid and Semi-arid Tropics" in *Environment and the Poor: Development strategies for a common agenda*. Ed. H. Jeffrey Leonard. New Brunswick. Transaction Books. 1989. Pp.87-110.

Villaça, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo, Brasil. Studio Nobel. 1998

Jornais: www.diariodonordeste.com.br e www.opovo.com.br.

Notas:

¹ Ver a Escola de Ecologia Humana de Chicago nos estudos de Burgess and Wirth. Para uma visão geral ver Knox, 1994.

² Tradução livre do autor. Texto original:

“Yet, the ecological view is critically deficient with respect to the social production of nature. At root, the ecological perspective does not question the role of capital in the production of urban space and is largely silent on questions of social power. Despite the claims on “newness”, the ecological fusion of nature and society does not represent a radical break with the past but simply reworks the long-standing Enlightenment preoccupation with the unification of Nature and Reason. [...] If we want to incorporate the independent agency of nature into our analysis, we need to be sensitive to the way in which biophysical processes are *mediated* through human culture [...]” (Gandy, 2001:10-11)

³ Para estes autores, os bairros funcionariam como organismos vivos que competem uns com os outros pela sua sobrevivência, num paralelo com a teoria de evolução de Darwin. Centralização e descentralização seriam as duas forças naturais que afetariam a geografia urbana. (Gottdiener, 1985).

⁴ O Rio Pajeú não está no mapa por que ele foi canalizado e esta em galerias subterrâneas na sua maior parte.

⁵ Ainda hoje uma pequena parte dos moradores do “Castelo Encantado” (comunidade localizada nas dunas a leste) são pescadores.

⁶ Este ponto da questão foi fruto de longas reflexões sobre a cidade com o urbanista Renato Pequeno, atualmente professor da Federal do Ceará.

⁷ Tradução livre do autor. Texto original:

“At the intra-urban scale [...] it is the equalization and differentiation of ground rent levels between different places in the metropolitan region that most determine the unevenness of development.” (Smith, 1996:80-81)

“Ribbon development [...] is precisely the case where new transportation routes alter the pattern of accessibility and hence the local ground rent structure leading to new development that clings exclusively to the new route. Without the new road, railway or canal, development would not have occurred”. (Smith, 1996:81)

⁸ Para a população local, inverno corresponde à estação chuvosa que vai de fevereiro a maio, já que não há queda de temperatura em nenhum mês do ano.

⁹ E mesmo nestes casos grande parte dos fracassos do movimento ambientalista se deve a colisões com os interesses econômicos predominantes.

¹⁰ Tradução livre do autor. Texto original:

“To paraphrase Marx, we determine our own socio environmental futures but under condition not of our own choosing”.